

15h00-15h20: Isabella Rusconi (Moderador)

Institucionalizar a participação é preciso?

Isabella Rusconi¹

¹ DINÂMIA'CET, ISCTE - IUL isabella_rusconi@iscte-iul.pt

Resumo/ Abstract:

A crise democrática expressa pelos altos níveis de abstencionismo eleitoral, descrença no sistema político e ascensão de líderes autoritários ao poder, sinaliza a importância de recolocar os cidadãos no centro do debate político. Simultaneamente, por todo o mundo, surgem cada vez mais iniciativas de participação cidadã e propostas de inovações democráticas de proximidade às escalas locais: rua, bairro, cidade (Gehl & Di Marco, 2013; Paio, 2021; Smith, 2009).

Como defendem diversos autores, a “recuperação da democracia” se dará em torno da discussão política sobre as cidades (Albrechts, 2016; Arriaga et al., 2019; Maricato, 2013; Mota, 2019), ao mesmo tempo que estas sofrem transformações rápidas e intensas. Torna-se, assim, urgente repensar a participação no âmbito das políticas urbanas, bem como a transformação dos instrumentos e metodologias tradicionais de planeamento, incapazes de conter a intensificação das desigualdades socio-espaciais e desequilíbrios ambientais que acompanham o desenvolvimento urbano e territorial (Fainstein, 2014; Harvey, 2014; Rolnik, 2017). Complementarmente, para que haja cidades com equidade, diversas, ambientalmente saudáveis e democráticas, é “preciso incorporar os direitos humanos no campo da governança das cidades” (Fainstein, 2014; Júnior, 2005).

Este trabalho, resultado da dissertação do Mestrado em Planeamento Regional e Urbano da Universidade de Aveiro (Rusconi, 2021), teve como objetivo investigar de que maneira os desenhos institucionais (Avritzer, 2008, 2011; Avritzer & Ramos, 2016; Fung & Wright, 2001; Putnam, 1996) impactam nas dinâmicas participativas relacionadas com a questão urbana e quais são as variáveis que se articulam, compondo os arranjos institucionais (Faria & Ribeiro, 2007; Fonseca, 2017; Fung, 2003; Mota, 2013; Nogueira, 2010) que influenciam o exercício da cidadania no planeamento e desenvolvimento urbano (Boonstra & Boelens, 2011; Healey, 1999; Innes & Booher, 2003; Lopes de Souza, 2003; Mota, 2013; Nogueira et al., 2020; Wolf et al., 2020).

Desde a sua experiência empírica em dinâmicas participativas institucionalizadas no município de Ilhabela, SP, Brasil, a autora percebeu o grande potencial que a institucionalização destas práticas têm na democratização dos processos decisórios e para a promoção do direito à cidade. A investigação partiu da consolidação de um quadro de referência através da revisão de literatura, onde se avaliou como o desenho institucional do plano diretor de Ilhabela incorporou as diretrizes participativas do Estatuto da Cidade (EC01), marco da política urbana no Brasil, e através de pesquisa exploratória (questionário e entrevistas à atores-chave), se observou como as variáveis contextuais interagem com este desenho. Constatou-se que um bom desenho institucional de um instrumento de participação, não têm a capacidade, por si só, de promover dinâmicas participativas, entretanto é responsável por viabilizar estas dinâmicas, assim como assegurar a participação como condição de direito. De outra forma, os resultados da investigação também explicitaram dois grandes desafios a transpor, com o objetivo de nivelar assimetrias sociais e garantir a inclusão democrática nos processos de decisão: a ampliação do acesso às arenas participativas e a capacitação para a deliberação nos processos decisórios.

Palavras-chave/ Keywords: participação, planejamento urbano, desenho institucional, institucionalização da participação, direito à cidade

Notas sobre o(s) autor(es)/ Author(s) notes

Arquiteta e Urbanista (Universidade Mackenzie), mestra em Planejamento Regional e Urbano (DCSPT|Universidade de Aveiro), doutoranda e bolseira FCT (ISCTE|IUL), desenvolve investigação sobre a institucionalização da participação e inovações democráticas para a produção de cidades. Integrou o Laboratório de Planejamento e Políticas Públicas (L3P|UA), colaborando no desenvolvimento de metodologias participativas ligadas ao planejamento urbano, territorial e ambiental.

Referências/ References:

- Albrechts, L. (2016). Strategic Planning as Governance of Long-Lasting Transformative Practices (pp. 3–20). https://doi.org/10.1007/978-3-319-33024-2_1
- Arriaga, M., Bandeirinha, J. A., Iguaz, D., Martins, R., & Tarroso Gomes, L. (2019, July 9). A cidade enquanto laboratório de democracia. Público, 14. <https://www.publico.pt/2019/07/09/politica/opiniao/cidade-laboratorio-democracia-1877675>

Avritzer, L. (2008). Instituições participativas e desenho institucional: Algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. *Opinio Publica*, 14(1), 43–64. [hYps://doi.org/10.1590/s0104-62762008000100002](https://doi.org/10.1590/s0104-62762008000100002)

Avritzer, L. (2011). A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação mapeando o debate. In organizador: R. R. C. Pires. (Ed.), *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação* (p. 372).

Ipea. Avritzer, L., & Ramos, A. (2016). Democracia, escala y participación. Reflexiones desde las instituciones participativas brasileña ; Democracy, scale and participation. Reflections from Brazilian participatory institutions. *Revista Internacional de Sociología RIS*, 74(040), 34–9712. [hYp://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.3.040](https://dx.doi.org/10.3989/ris.2016.74.3.040)

Boonstra, B., & Boelens, L. (2011). Self-organization in urban development: Towards a new perspective on spatial planning. *Urban Research and Practice*, 4(2), 99–122. [hYps:// doi.org/10.1080/17535069.2011.579767](https://doi.org/10.1080/17535069.2011.579767)

Fainstein, S. S. (2014). The just city. *International Journal of Urban Sciences*, 18(1), 1–18. [hYps://doi.org/10.1080/12265934.2013.834643](https://doi.org/10.1080/12265934.2013.834643)

Fonseca, I. F. da. (2017). Participação como método de governo? Potencialidades e limites na institucionalização de experiências transcalares de participação social no estado do Rio Grande do Sul , Brasil e na região Toscana , Itália . Universidade de Coimbra.

Fung, A. (2003). Survey article: Recipes for public spheres - Eight institutional design choices and their consequences. *Journal of Political Philosophy*, 11(3), 338–367. [hYps:// doi.org/10.1111/1467-9760.00181](https://doi.org/10.1111/1467-9760.00181)

Fung, A., & Wright, E. O. (2001). Deepening democracy: Innovations in empowered participatory governance. *Politics and Society*, 29(1), 5–41. [hYps://doi.org/ 10.1177/0032329201029001002](https://doi.org/10.1177/0032329201029001002)

Gehl, J., & Di Marco, A. (2013). Cidades para pessoas. *Perspectiva*. [hYps://books.google.pt/ books?id=zbzgnQEACAAJ](https://books.google.pt/books?id=zbzgnQEACAAJ)

Harvey, D. (2014). *Cidades Rebeldes. Do direito à cidade à revolução urbana*. Martins Fontes.

Healey, P. (1999). Institutional Analysis, Communicative Planning, and Shaping Places. *Journal of Planning Education and Research*, 19(2), 111–121. [hYps://doi.org/ 10.1177/0739456X9901900201](https://doi.org/10.1177/0739456X9901900201)

Innes, J. E., & Booher, D. E. (2003). Collaborative policymaking: Governance through dialogue. *Deliberative Policy Analysis: Understanding Governance in the Network Society*, 33–59. [hYps://doi.org/10.1017/CBO9780511490934.003](https://doi.org/10.1017/CBO9780511490934.003)

Júnior, N. S. (2005). O Direito à Cidade como paradigma da governança urbana democrática. Instituto Pólis, 8.

Lopes de Souza, M. (2003). Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planeamento e à gestão urbanas (B. R. de Janeiro (ed.); 2aed). Bertrand Brasil.

Maricato, E. (2013). É a questão urbana, estúpido! [hYp://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/e-a-questao-urbana-estupido/](http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/e-a-questao-urbana-estupido/)

Mota, J. C. B. (2013). Planeamento do território: Metodologias, actores e participação. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Mota, J. C. B. (2019, June 11). Construir Comunidade. Público. PT. [hYps://www.publico.pt/2019/06/11/local/noticia/construir-comunidade-1875936](https://www.publico.pt/2019/06/11/local/noticia/construir-comunidade-1875936)

Nogueira, F. M. M. (2010). Desenvolvimento local: estratégias e competitividade. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Nogueira, F., Rusconi, I., Isidoro, C., Moreira, G., Seixas, D., & Pedrosa, A. (2020). Porque é que os cidadãos não participam mais? V Conferência de Planeamento Regional e Urbano. Comunidades e Redes Para a Inovação Territorial.

Paio, A. (2021). Desenhar para a transição. O Jornal Económico. [hYps://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/desenhar-para-a-transicao-681486](https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/desenhar-para-a-transicao-681486)

Putnam, R. D. (1996). Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna (5a). Fundação Getúlio Vargas.

Rolnik, R. (2017). Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Boitempo Editorial. [hYps://books.google.pt/books?id=EvFFDwAAQBAJ](https://books.google.pt/books?id=EvFFDwAAQBAJ)

Rusconi, I. (2021). A institucionalização da participação no planeamento urbano: o caso do plano diretor de Ilhabela. Universidade de Aveiro.

Smith, G. (2009). Democratic Innovations: Designing Institutions for Citizen Participation. In Theories of Institutional Design. Cambridge University Press. [hYps://doi.org/DOI:10.1017/CBO9780511609848](https://doi.org/DOI:10.1017/CBO9780511609848)

Wolf, J., Nogueira, F., & Borges, M. (2020). A Collaborative Methodology for Local Strategic Planning: Insights from Four Plans in Portugal. Planning Practice and Research, 00(00), 1–17. [hYps://doi.org/10.1080/02697459.2020.1755138](https://doi.org/10.1080/02697459.2020.1755138)